

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA A PARTIR DA IDADE MÉDIA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMA DE TRANSCREVER OS CONTOS MARAVILHOSOS DA ORALIDADE PARA A ESCRITA**

**THE SOCIAL CONSTRUCTION OF CHILD SINCE THE MIDDLE AGES AND ITS INFLUENCE IN TRANSCRIBING OF WONDERFUL TALES FROM ORALITY TO WRITING FORM**

**Núbia Régia de Almeida<sup>1</sup>**  
**Andreia Nascimento Carmo<sup>2</sup>**  
**Valeria da Silva Medeiros<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar a concepção social da infância na Idade Média e o início da construção e valorização do sentimento em relação ao período da infância na idade contemporânea. Também será discutido o impacto que esse novo sentimento em relação à infância provocou nas transcrições dos contos infantis da oralidade para a escrita. Este estudo é de ordem bibliográfica. Para isso, adotou-se como aporte teórico estudos dos teóricos Philippe Ariès (2012), Michele Simonsen (1987), Luiz Mott (1991) e Laura de Mello e Souza (1991), entre outros. Verificou-se que, à medida que a concepção em relação aos sentimentos sociais da criança foi se alterando no decorrer dos tempos, também ocorreram transformações significativas no modo de apresentar os contos maravilhosos ao público infantil. Pode-se dizer que tais transformações se deram com o intuito de disseminar os valores da sociedade vigente em relação aos sentimentos da infância.

**Palavras-Chave:** criança; sentimento da infância; contos maravilhosos.

**Abstract:** This work aims to introduce the social conception about childhood in the Middle ages and the early construction and valorization of the feeling about the period of childhood in contemporary age. The impact that this new feeling for childhood caused in the transcripts of children's stories from orality to writing will also be discussed. This is a of bibliographical study. To accomplish that, it was adopted the theoretical studies by Philippe Aries (2012), Michele Simonsen (1987), Luiz Mott (1991) and Laura de Mello e Souza (1991), among others. It was verified that, as the design in relation to the social feelings of the child has been changing in the course of time, there were also significant changes in the way of presenting the wonderful tales to children. It can be said that such transformations occurred in order to disseminate the values of the surrounding society in regard to the feelings of childhood.

**Keywords:** child; childhood feeling; wonderful tales.

---

<sup>1</sup> Mestra em Ensino de Língua e Literatura pela UFT. Doutoranda em Ensino de Língua e Literatura pela UFT. Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Estado do Tocantins. E-mail: nubiaregia20@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Ensino de Língua e Literatura pela UFT. Professora da Educação Básica da Rede Estadual do Estado do Tocantins. E-mail: dreiancn@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Letras. Professora Adjunta do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins UFT, Campus de Araguaína. Docente do Programa de Pós-Graduação: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: medeiros.vs@hotmail.com

## **Introdução**

Nos dias de hoje é notável a preocupação com o bem estar das crianças. Temos, no Brasil, leis e estatutos que regulamentam seus direitos e deveres no que se refere a educação formal e que também as protegem de qualquer ato que possa lhes ferir a integridade. Porém, vale ressaltar que tais documentos são conquistas recentes. Dentre essas leis pode-se destacar a Constituição Federal de 1988, cujo Art. 227 do Capítulo VII explicita claramente que tanto a família, quanto a sociedade e o Estado devem

(...) assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010, p. 37).

A Constituição Federal também trouxe contribuições importantíssimas no que se refere à educação infantil. Foi a partir dela que o Estado ficou obrigado a ofertar a educação infantil a todas as crianças de 0 a 6 anos nas creches e pré-escolas do País.

Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA - Lei nº 8.069/90. O ECA veio regulamentar o art. 227 da Constituição Federal explicitando claramente direitos e deveres. Ressalte-se ainda que a partir do ECA fica estabelecido um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, na tentativa de impedir desmandos, desvios de verba e violações dos direitos das crianças (FERREIRA, 2000, p. 184).

Além do ECA, merece destaque também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica dentre os níveis escolares.

Nessas breves considerações iniciais, apresentaram-se apenas alguns dos documentos elaborados e aprovados pela Constituição brasileira no final do século XX para consolidar os direitos humanos das crianças e adolescentes. Contudo, os dados levantados nesta pesquisa de ordem bibliográfica e de abordagem historicista, mostrou que essas são conquistas contemporâneas. Verificou-se que na idade média não havia ainda um conceito formado sobre a infância. Elas, desde muito cedo, eram empurradas para o mundo adulto e dele participavam integralmente, sem reservas e cuidados específicos para com elas.

Além da introdução e das considerações finais, este estudo está dividido em mais duas partes. Na primeira delas, discutir-se-á como a sociedade e a família enxergavam a criança a partir da idade média. Quais eram os sentimentos em relação a esse ser tão frágil e quais eram os cuidados dispensados às crianças e adolescentes. Na segunda, será apresentado um estudo

sobre o início das transformações dos sentimentos a respeito das crianças e adolescentes e os impactos dessas transformações na vida das crianças e na forma escrita de lançar ao público infantil os contos maravilhosos.

### **1. A desvalorização do sentimento da infância**

Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família* traduzida no Brasil em 1978, consegue, de maneira perspicaz, construir a história social da criança com base em dados obtidos a partir do século XII por meio de iconografias e diários pertencentes às pessoas influentes na sociedade medieval. Ariès (2012) retrata com muita nitidez que a criança não possuía uma infância social, cultural e familiar. Não eram dispensados à criança cuidados específicos e um olhar diferenciado. Ela era tratada de forma negligente quanto as suas especificidades e necessidades específicas.

De acordo com Philippe Ariès, as crianças muito pequenas praticamente não apareciam nas iconografias, pois os pais não sabiam se elas iriam sobreviver. Isto se justifica pelo modo como as crianças eram criadas por suas famílias. Logo após o nascimento, elas já eram submetidas ao mundo dos adultos. Não havia, perante a sociedade medieval, “a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 2012, p. 99). Desde bebê, elas dormiam na mesma cama com os pais, irmãos mais velhos ou criados. Esse fato justifica, na visão de Ariès, em seu prefácio referente a 2ª edição da obra, a morte de muitas crianças por asfixia, às vezes acidentalmente, e em muitos casos propositalmente.

O autor faz um levantamento histórico do sentimento da Infância desde o século XII ao XVIII. Verifica-se que até o século XIV e XV não existia um papel social reservado as crianças na família e na sociedade. Elas eram expostas ao mundo dos adultos desde muito cedo. Por volta dos 3 anos de idade elas já participavam das conversas e brincadeiras dos adultos. A criança brincava com bonecas, mas “ao mesmo tempo praticava arco, jogava cartas, xadrez, e participava de jogos de adultos, como o jogo de raquetes e inúmeros jogos de salão” (ARIÈS, 2012, pp. 44-45).

Não havia um traje específico para as crianças, elas eram vestidas “como os outros homens e mulheres de sua condição” (ARIÈS, 2012, p. 32), não existiam reservas perante elas, portanto, de acordo com o autor, “os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagens grosseiras, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo” (ARIÈS, 2012, p. 77)

desde os contos da forma como eram contados na oralidade da época, com cunho altamente imoral perante a sociedade dos tempos modernos, às cenas de relações sexuais entre os pais e os criados, pois não havia quartos reservados para as crianças. As casas não possuíam cômodos que permitissem a individualidade e intimidade da família. Todos dormiam no mesmo cômodo e, na maioria das vezes, na mesma cama. O autor também relata que eram permitidos publicamente contatos físicos e gestos envolvendo os órgãos sexuais das crianças que só passavam a ser proibidos quando elas atingiam a puberdade. De acordo com Luiz Mott:

Alguns historiadores têm mostrado que a dessexualização da criança é fenômeno recente na história ocidental, e que até meados do século XVII, meninos e meninas - inclusive nos palácios reais - viam, falavam, ouviam e agiam com mais soltura em matéria de sexo do que seus sucessores do período vitoriano (Ariès, 1981; Foucault, 1980; Schérer, 1974). (MOTT, 1991, p.19)

Para Ariès (2012), a duração da infância ocorria até a criança conseguir bastar-se. Por volta dos 7 anos de idade, julgavam que a criança já não era tão frágil e, por isso, ela era misturada aos adultos e partilhava com eles de seus trabalhos e jogos. Deste modo, a noção de juventude e adolescência não existia naquela época. Era costume das famílias francesas enviar seus filhos para a casa de outra família para que fossem educadas e aprendessem um ofício. Os filhos eram afastados dos pais muito cedo e com isso tinham sua infância interrompida, pois logo começavam a fazer parte do mundo adulto. A educação delas se dava, na grande maioria das vezes, através do empirismo. Assim, elas eram obrigadas a aprender com os adultos realizando juntamente com eles as tarefas. Existiam poucas escolas naquele período e elas funcionavam em regime de internato e sem divisão de classes conforme as idades da vida. Portanto, em uma mesma sala, estudavam adultos, jovens e crianças.

À medida que o autor vai apresentando por meio de sua pesquisa essa desvalorização, essa falta de reconhecimento e, por conseguinte, desrespeito pelo sentimento da criança, ele também vai apontando as atitudes e comportamentos que evidenciam as mudanças de sentimento em relação às crianças.

## **2. O Início da valorização social da criança e a função pedagógica dos contos maravilhosos**

De acordo com Ariès (2012), o sentimento de infância pode ser percebido inicialmente quando as crianças começam a ser retratadas na iconografia, a princípio no meio dos adultos, posteriormente elas já aparecem sozinhas nas pinturas da época. Para ele, esse é um sinal que

exprime o desejo das famílias em preservar a imagem daquele ser frágil que poderia não chegar à vida adulta. Além das mortes provocadas por asfixia durante à noite na cama dos pais, as condições de higiene da época eram precárias ou inexistentes e também havia as doenças e epidemias que assolavam a população, e as crianças, por serem mais frágeis, dificilmente resistiam aos surtos epidêmicos.

O aparecimento das crianças na iconografia acabou levando a sociedade a criar um traje especial para a criancinha, mais tarde os meninos, a partir dos 10 anos, também ganham um traje diferenciado, enquanto as meninas continuaram vestindo-se como uma mulher adulta. Outro sentimento positivo apresentado pelo autor é a inserção das crianças nas festas da primavera e nas festas de reis. Nessas festas, as crianças já aparecem como personagens centrais. Nos séculos XVI e XVII, a circuncisão e a apresentação da virgem ao templo eram tradicionalmente festas da infância.

Os primeiros sentimentos em relação à juventude surgiram no século XVIII, quando foram divulgados cartazes convocando a brilhante juventude, os jovens, para serem recrutas. Mas a consciência e a separação das fases infantil e juvenil surgiu somente depois da guerra de 1914. De acordo com Ariès (2012, p. 15), “a consciência da juventude começou com um sentimento comum dos ex-combatentes de frente de batalha, se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda”. Para o autor, a valorização da força física do jovem foi o marco que manifestou claramente a consolidação da consciência da juventude.

Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. (...) Assim passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar nela e permanecer por muito tempo” (ARIÈS, 2012, p. 15).

Porém, os fatores de maior relevância apontados por Philippe Ariès (2012, p. 80-81), que culminaram na transformação do sentimento familiar e social da criança, começaram timidamente no século XV, quando Gerson, teólogo, bispo, arcebispo e educador, demonstrou ser um excelente observador da infância e de suas práticas sexuais. Gerson escreveu o tratado “*De confessione mollicei*”. Neste tratado, Gerson procura auxiliar os confessores a despertar nas crianças de 10 a 12 anos o sentimento de culpa referente à masturbação e a sodomia, visando preservar as crianças do perigo a que elas estavam expostas dentro de um convívio com adultos e outras crianças sem o mínimo de privacidade. Nesse tratado, também há várias orientações sobre como as crianças deveriam se comportar umas com as outras. Elas não deveriam se tocar, se beijar, deveriam dormir cobertas e com vestimentas adequadas, falar

sobriamente usando palavras castas, orientava também evitar a promiscuidade entre pequenos e grandes, ao menos na cama.

No Brasil, somente no final século XIX, notaram-se mudanças de atitudes por parte dos donos do poder em face da "corrupção de menores". De acordo com Luiz Mott

(...) tal mudança de postura pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultra-repressora - a vitoriana- que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tábula rasa - como ainda postulava o pai da sociologia, Émile Durkheim em 1925 na obra *L'Education Morale* - nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual. (MOTT, 1991, p. 30)

É a partir desse período que o controle pelo desrespeito e abuso sexual das crianças pelos adultos é retirado da enfraquecida Igreja e passou a ser responsabilidade das Delegacias de Polícia. A sociedade moderna não admitia mais o desrespeito contra a infância. Portanto o Estado ficou incumbido de zelar pela moralidade e inocência das crianças (MOTT, 1991, p. 28-29).

Mello e Souza (1991) ressalta que o abandono às crianças remonta desde a idade antiga. Porém, na idade moderna, um dos motivos que também contribuíram para a valorização e preocupação com a criança pobre e abandonada estava relacionado às despesas que essa criança onerava ao Estado. Nesse sentido, o Estado percebeu que algo deveria ser feito para melhorar as condições de vida dessas crianças, pois na situação que se encontravam estavam propícias a todas as formas de transgressões, crimes, além de contribuir para aumento populacional. Isso nada agrada ao Estado na modernidade, uma vez que vigorava “a ideia de que o aumento populacional embasava a riqueza das nações” (MELLO e SOUZA, 1991, p. 5).

Na Europa nos fins do século XVIII com a aprovação do novo código civil que dá direitos de igualdade a todos os filhos e não apenas ao primogênito se traduz também pelo novo sentimento da família moderna. É neste período também que assistimos um novo comportamento no que se refere aos progressos da vida privada. Para o desenvolvimento do sentimento da família em relação as crianças é preciso estabelecer momentos de intimidade familiar, preservar a intimidade doméstica. Portanto, houve a necessidade de modificar a estrutura da casa, construção de quartos que pudessem preservar a intimidade dos pais, separar as crianças dos adultos evitando que elas fossem expostas a atos promíscuos e abusos (ARIÈS, 2012, p. 164).

O tratado de Gerson serviu de base para a elaboração de vários outros a partir dos séculos XVI e XVII. Esses tratados foram elaborados por educadores jesuítas e das escolas de Port Royal que, além de não tolerar mais essas atitudes de desrespeito à criança, também começaram a interferir nos livros que as crianças iriam ler. Esse foi um marco, pois “nasceu então a ideia de se fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. Essa é uma etapa muito importante. É dessa época realmente que podemos datar o respeito pela infância” (ARIÈS, 2012, p. 83).

Nota-se que, a partir desse momento, a escolarização das obras clássicas adaptadas para as crianças foram higienizadas visando preservar a ideia de uma infância inocente. Pode-se dizer que essa concepção teve grande influência nas transcrições dos contos maravilhosos orais para a escrita. Esses contos não poderiam ser mais apresentados às crianças da maneira como eram contados oralmente e como foram coletados. Neles não poderiam mais aparecer cenas de sexo, obscenidade, promiscuidade. Esses contos deveriam auxiliar a escola e a família a educar as crianças. Portanto, o seu conteúdo deveria ser edificante e moralizante, deveria ajudar a formar a personalidade das crianças.

Perrault foi um dos grandes folcloristas a fazer a higienização dos contos maravilhosos no que diz respeito ao sentimento de preservação da inocência infantil. Segundo, Michèle Simonsen, Perrault:

(...) reformulou profundamente os relatos em que se inspirou, transformando às vezes episódios inteiros, para adaptá-los ao público mundano a que os destinava. De modo geral, Perrault suprimiu tudo o que podia chocar o senso da decência, mas também da verossimilhança de seus leitores; deu a intriga um sentido mais realista, atenuou o maravilhoso e o absurdo sempre que possível. (...) Assim reformulados os “contos de Perrault”, cujo o êxito foi considerável, são devolvidos pelos livros de venda ambulante, à tradição popular que tinham saído, influenciando-a por sua vez” (SIMONSEN, 1987, pp. 15-16).

Assim como Perrault, os irmãos Wilhelm e Jacob Grimm, sábios filósofos alemães, também se dedicaram a coletar contos da tradição oral alemã. Eles coletaram os contos procurando manter fielmente o exposto pelas fontes orais. No entanto, eles publicaram duas versões: a primeira, mantendo os traços conforme coletados, e a segunda, na qual fizeram as adaptações necessárias para o público infantil.

(...) A atitude dos Grimm em face da massa dos documentos coligidos é, em princípio, a da fidelidade, embora esta varie de uma edição para outra. Em 1812, anotaram os contos exatamente como os ouviram. Em 1819, combinaram várias versões, transformaram o estilo, depuraram os relatos a fim de adaptá-los para as crianças” (SIMONSEN, 1987, pp. 15-16).

Verifica-se, de acordo com os dois excertos apresentados, que os folcloristas precisaram fazer ajustes nos textos coletados da tradição oral para apresentá-los em uma escrita literária condizente com os valores da sociedade vigente na época. Os contos, de certa forma, foram escolarizados visando transmitir às crianças valores morais de acordo com as concepções morais e sociais em vigor. Segundo Magalhães (1987, p. 41), “apenas o critério de utilidade educativa legitimava a difusão de histórias infantis”. Nesse sentido, constata-se que as narrativas destinadas às crianças deveriam servir como instrumentos pedagógicos.

Com o tempo os contos maravilhosos sofreram e ainda sofrem algumas modificações. Um dos veículos de transmissão que mais traz inovações a esses contos é o cinema. Clássicos como *A Bela e a Fera* e *Cinderela*, por exemplo, fazem muito sucesso nas telas. Em 2015, a Disney lançou o filme *Cinderela*. O longa-metragem representa o conto maravilhoso com cenas cheias de fantasias e continua com as mesmas características dos contos de fadas<sup>4</sup>, tais como uma mocinha que sofre, uma madrasta, um príncipe, uma fada e claro, a magia, que toma conta da tela com o surgimento da fada madrinha de Cinderela.

Segundo Carmo, Medeiros e Melian (2015, p. 106), “a partir desse momento as cenas do filme dão destaque à fantasia e à imaginação, abrindo espaço para a literatura do mundo maravilhoso. Um mundo com leis diferentes das nossas onde tudo se torna possível”. No filme não se esquecem de mostrar ainda virtudes como caráter, educação, humildade, responsabilidade, coragem e gentileza.

O abandono da representação do real e a pedagogia de valores tradicionais não excluem certo caráter pedagógico da sociedade vigente, mantido em narrativas como essa que parecem ter a função de guardar valores tradicionais que influenciam o comportamento das crianças e também dos adultos, pois “os contos de fadas foram e ainda são utilizados como suporte para a educação das crianças e também deslumbram os adultos apaixonados por este tipo de narrativa” (CARMO; MEDEIROS; MELIAN, 2015, p. 103). Esses adultos também encheram as salas dos cinemas no mundo todo.

Tanto o conto como o filme *A Bela e a Fera* mantêm uma história fundada no imaginário infantil, porém não deixam de lado certa postura pedagógica relacionada a alguns valores comportamentais direcionados à educação das crianças. Observe-se um trecho do conto:

---

<sup>4</sup> Modalidade dos contos maravilhosos.

Bela, disse-lhe essa dama, que era uma fada, “venha receber a recompensa por sua boa escolha: você preferiu a virtude à beleza e à inteligência, portanto merece encontrar todas essas qualidades reunidas numa mesma pessoa. Vai se tornar uma grande rainha. Espero que o trono não destrua suas virtudes. Quanto às senhoritas”, disse a fada para as duas irmãs da Bela, “conheço seus corações, e toda malícia que encerraram. Vou transformá-las em duas estátuas, mas conservarão toda a sua razão sob a pedra que as recobrirá. Permanecerão na porta do palácio de sua irmã e não lhes imponho outro castigo não ser testemunhar a felicidade dela. Só poderão retornar seu estado anterior no momento em que reconhecerem seus erros, mas acho que serão estátuas para sempre. Podemos nos corrigir do orgulho, da cólera, da gula e da preguiça. Mas a conversão de um coração mau e invejoso é uma de milagre” (GRIMM, 2005, p. 45).

Pode-se perceber claramente no conto *A Bela e a Fera*, na versão dos irmãos Grimm, que a adaptação traz um conteúdo totalmente moralizante. O intuito é levar as crianças a perceberem que as virtudes de Bela – a bondade, o amor, o carinho, a disposição para o trabalho, a sinceridade, a humildade – são fatores essenciais de seu caráter que contribuíram para sua recompensa, enquanto o caráter vil de suas irmãs as condenou a uma vida estática que não as levou a lugar algum, o que poderia ser diferente se elas tivessem transformado seu coração, deixando para trás as maldades, o sentimento de inveja, a preguiça e dessem lugar aos sentimentos bons, de acordo com o senso moral da época.

Assim, o conto maravilhoso está relacionado à fantasia e à imaginação, mas permanece vinculado à função pedagógica que, mesmo não parecendo conservadora, resgata ou sustenta ideais de comportamento que se dizem fundamentais para a educação das crianças.

### **3. Considerações finais**

Diante do exposto entende-se que a construção da ideia de criança passou por um processo histórico que definiu aos poucos o sentimento de infância do século XII ao XVIII. No período, moralistas pedagógicos se empenharam em buscar uma nova maneira de educar as crianças. Porém, notam-se mudanças significativas a partir do século XIX.

Essas mudanças foram possíveis com o suporte da família, que passou a enxergar a criança como um ser importante, porém frágil. Por isso dependia de cuidados, não somente por parte dos familiares, mas também do Estado no que diz respeito à criação de leis e estatutos que viessem garantir seus direitos e sua integridade física e moral.

A preocupação com a educação infantil era outro fator muito relevante. Desta forma, tanto a família como os moralistas começaram a se preocupar com o que era exposto às

crianças, cuidando para que a sua inocência fosse preservada. Para isso, atentaram-se em selecionar narrativas tanto orais quanto escritas destinadas apenas para as crianças. Essas narrativas não deveriam ter conteúdos que ferissem o senso de moralidade e atentassem ao seu pudor. Tais narrativas perpassaram o modo oral e escrito e são exibidas em outras mídias, o que favorece o surgimento de inovações ao enredo, porém sem deixar de lado os mais requisitados valores construídos e evoluídos da Idade Média aos tempos atuais.

### Referências

ARIÈS, Philippe, 1914-1984. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LCT, 2012

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal, 2010.

CARMO, Andréia Nascimento. MELIAN, Valdivina Telia Rosa de. MEDEIROS, Valéria da Silva. Cinderela na Vitrine de Cristal. In: BIEGING, Patrícia; AQUINO, Victor (Orgs). *Consumo: imaginário, estratégia e experiência*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015, p. 102-117.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2000.

GRIMM, Jakob e Wilhelm. *Contos dos irmãos Grimm*. Trad. Estés, Clarissa Pinkola. 1. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

MAGALHÃES, Ligia Cademartori. História infantil e pedagogia. In: ZILBERMAN, Regina. MAGALHÃES, Ligia Cademartori. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. 3 ed. São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 41-60.

MELLO e SOUZA, Laura. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

SIMONSEN, Michèle, 1984. *O conto popular*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.